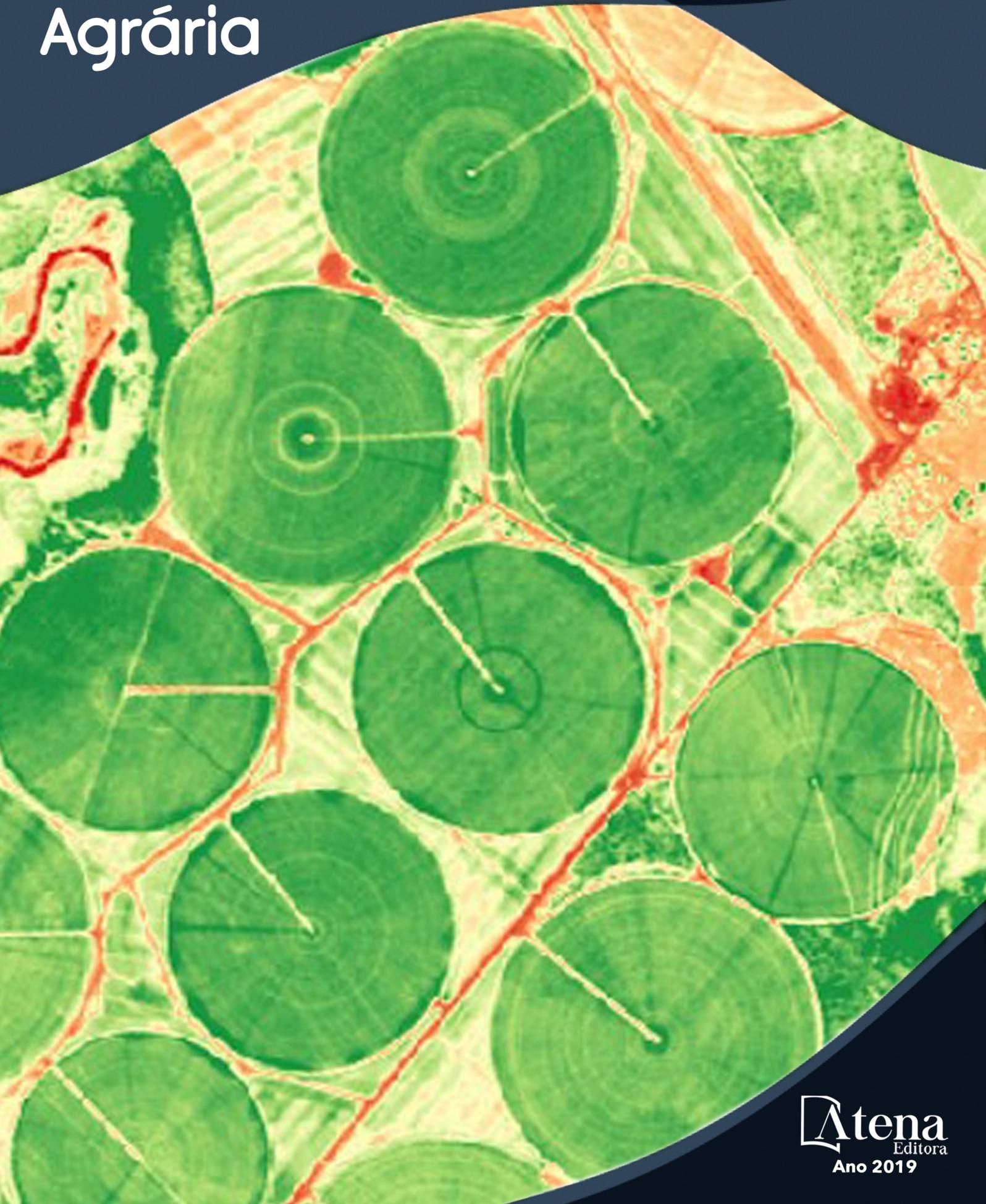


Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)

Geografia Agrária



Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)

Geografia Agrária

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
G345	Geografia agrária [recurso eletrônico] / Organizador Gustavo Henrique Cepolini Ferreira. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-436-8 DOI 10.22533/at.ed.368192506 1. Geografia agrícola – Pesquisa – Brasil. 2. Movimentos sociais – Brasil. 3. Trabalhadores rurais – Brasil – Atividades políticas. I. Ferreira, Gustavo Henrique Cepolini. CDD 630.981
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2019

APRESENTAÇÃO

A Coletânea “Geografia Agrária” publicada pela Atena Editora está organizada a partir de uma breve divisão da diversidade regional brasileira e latinoamericana. Trata-se de uma leitura oriunda de diferentes pesquisadores e pesquisadoras para compreensão dos dilemas, conflitos e alternativas materializadas no campo.

O primeiro capítulo da Coletânea versa sobre os Conflitos por terra e território na obra cinematográfica de Adrian Cowell: uma Cartografia sangrenta da Amazônia, ou seja, remete apresenta a interpretação sobre a mesorregião Sudeste do Pará à luz da teoria dos conflitos agrários para cartografar tais conflitos, resistências e alternativas advindas das lutas travadas, sobretudo, pelo campesinato nesses registros cinematográficos que tratam da Amazônia Legal brasileira.

Os capítulos 2 ao 6 representam o Nordeste brasileiro e sua diversidade e conflitos inerente ao campo e as práticas socioterritoriais. As discussões versam sobre os conflitos socioambientais: o caso de Suape no litoral sul de Pernambuco, a institucionalização do Programa Nacional de Alimentação Escolar como geração de renda para as mulheres do meio rural: um estudo de caso das Mangabeiras em Japaratinga-SE, Territórios da Cidadania Alagoanos do agreste e bacia leiteira, Caminhos para regularização fundiária de assentamentos em terras públicas e estatais em áreas pequenas e médias no entorno de centros urbanos: experiência de Vitória da Conquista-BA e a Reforma agrária no Brasil e a questão fundiária: conflitos e resistências a partir de uma experiência em Pernambuco.

Já os capítulos 7 e 8 debatem respectivamente, os distritos e aglomerados rurais de Buritizeiro – MG a partir da possível emancipação e os Conflitos por terra e água no rio São Francisco a partir de uma fecunda análise da territorialidade dos pescadores(as) a partir dos intensos processos de resistências ao buscar a reapropriação física dos territórios pesqueiros.

Ainda sobre os estudos e pesquisas inerentes ao Centro-Sul, os capítulos 9 ao 12, tratam da Reestruturação do território agrário de Nova Iguaçu – RJ, Neoextrativismo e estrutura fundiária: considerações sobre o desenvolvimento desigual no Planalto Norte de Santa Catarina - Brasil, Posseiros e Assentados da Ribeirão Bonito e o MST no Pontal do Paranapanema-SP e A linha de desmontagem no frigorífico de frango: o trabalho e a saúde dos trabalhadores da Nutrizia em Pires de Rio-GO.

Por fim, o último capítulo da Coletânea, intitulado - A questão agrária na origem das migrações haitianas apresenta uma leitura sobre o país caribenho e a sua trajetória marcada pelas migrações. Nota-se ainda uma interpretação sobre a história de uma revolução de ex-escravos que forçou a abolição da escravidão e primeiro país independente da América Latina e suas marcas e desdobramentos na questão agrária.

Assim, espera-se que os leitores e leitoras possam dialogar com os ensaios e pesquisas em consonância com a fecunda e atual arguição do geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2003) ao afirmar que *“o campesinato no Brasil, segue sua já*

longa marcha. Caminham em busca do futuro. Caminham lutando contra o capitalismo rentista que semeia a violência e a barbárie". Por isso, urge debater e construir uma Geografia Agrária Crítica e Comprometida com as mudanças sociais, ambientais e territoriais em um país em constantes crises e crimes contra a democracia.

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
CONFLITOS POR TERRA E TERRITÓRIO NA OBRA CINEMATOGRAFICA DE ADRIAN COWELL: UMA CARTOGRAFIA SANGRENTA DA AMAZÔNIA	
Gustavo Henrique Cepolini Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.3681925061	
CAPÍTULO 2	17
“PROGRESSO” E CONFLITO SOCIOAMBIENTAL: O CASO DE SUAPE NO LITORAL SUL DE PERNAMBUCO	
Luísa Duque Belfort de Oliveira Mariana Vidal Maia Monteiro	
DOI 10.22533/at.ed.3681925062	
CAPÍTULO 3	29
A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR COMO GERAÇÃO DE RENDA PARA AS MULHERES DO MEIO RURAL: UM ESTUDO DE CASO DAS MANGABEIRAS EM JAPARATUBA/SE	
Handresha da Rocha Santos Sandra Andrea Souza Rodrigues José Eloízio da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.3681925063	
CAPÍTULO 4	38
TERRITÓRIOS DA CIDADANIA ALAGOANOS DO AGRESTE E BACIA LEITEIRA: UM ESTUDO DA POLÍTICA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – PAA	
Emerson Siqueira Cavalcante Pinto Antonio Marcos Pontes de Moura	
DOI 10.22533/at.ed.3681925064	
CAPÍTULO 5	50
CAMINHOS PARA EMANCIPAÇÕES: DISTRITOS E AGLOMERADOS RURAIS DE BURITIZEIRO – MG	
Amanda Alves Maciel Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.3681925065	
CAPÍTULO 6	65
A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL E A QUESTÃO FUNDIÁRIA: CONFLITOS E RESISTÊNCIAS	
Reinaldo Pacheco dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.3681925066	
CAPÍTULO 7	75
CAMINHOS PARA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE ASSENTAMENTOS EM TERRAS PÚBLICAS E ESTATAIS EM ÁREAS PEQUENAS E MÉDIAS NO ENTORNO DE CENTROS URBANOS: EXPERIÊNCIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA	
Francisco José Lima dos Santos Galvão	
DOI 10.22533/at.ed.3681925067	

CAPÍTULO 8	88
COMO AS ÁGUAS DO RIO, A VIDA É MOVIMENTO: PESCA E CONFLITOS POR TERRA E ÁGUA NO RIO SÃO FRANCISCO	
Rafael Pereira Santos Roberta Alves Silva	
DOI 10.22533/at.ed.3681925068	
CAPÍTULO 9	100
A REESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO AGRÁRIO DE NOVA IGUAÇU APÓS A IMPLANTAÇÃO DO ARCO METROPOLITANO DO RIO DE JANEIRO	
Monica Martins Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.3681925069	
CAPÍTULO 10	112
POSSEIROS E ASSENTADOS DA RIBEIRÃO BONITO E O MST NO PONTAL DO PARANAPANEMA -SP: SEMENTES GERMINADAS NAS LUTAS OUTRORA	
Maria Celma Borges	
DOI 10.22533/at.ed.36819250610	
CAPÍTULO 11	129
NEOEXTRATIVISMO E ESTRUTURA FUNDIÁRIA: CONSIDERAÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL NO PLANALTO NORTE DE SANTA CATARINA, BRASIL	
Ivo Marcos Theis Marcos Antônio Mattedi Luis Claudio Krajevski	
DOI 10.22533/at.ed.36819250611	
CAPÍTULO 12	142
A LINHA DE DESMONTAGEM NO FRIGORÍFICO DE FRANGO: O TRABALHO E A SAÚDE DOS TRABALHADORES DA NUTRIZA EM PIRES DE RIO-GO	
Fábio de Macedo Tristão Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.36819250612	
CAPÍTULO 13	151
A QUESTÃO AGRÁRIA NA ORIGEM DAS MIGRAÇÕES HAITIANAS	
Alex Dias de Jesus	
DOI 10.22533/at.ed.36819250613	
SOBRE O ORGANIZADOR	164

NEOEXTRATIVISMO E ESTRUTURA FUNDIÁRIA: CONSIDERAÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL NO PLANALTO NORTE DE SANTA CATARINA, BRASIL

Ivo Marcos Theis

Universidade Regional de Blumenau, PPGDR
Blumenau

Marcos Antônio Mattedi

Universidade Regional de Blumenau, PPGDR
Blumenau

Luis Claudio Krajevski

Universidade Federal da Fronteira Sul
Laranjeiras do Sul

do planalto norte catarinense.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento,
estrutura fundiária, neoextrativismo.

NEO-EXTRACTIVISM AND LAND
STRUCTURE: CONSIDERATIONS
ON UNEVEN DEVELOPMENT IN THE
NORTHERN PLATEAU OF SANTA CATARINA,
BRAZIL

RESUMO: As desigualdades socioeconômicas existentes nos países e regiões são resultantes do modo de produção capitalista. Especificamente, Santa Catarina apresenta desigualdades regionais expressivas, com regiões mais e menos desenvolvidas, sendo o planalto norte catarinense um dos territórios menos desenvolvidos do Estado. O objetivo deste artigo é identificar se, num contexto de intensificação do neoextrativismo no Brasil, este processo modificou a estrutura fundiária no planalto norte catarinense. Para tanto, foram consideradas algumas características socioeconômicas e agrárias da região, em especial o Índice de Gini referente à concentração de terras e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Os resultados apontam que o neoextrativismo não alterou a estrutura fundiária na região, sendo que esta contribuiu para o baixo desenvolvimento

ABSTRACT: The socioeconomic inequalities existing in countries and regions are the result of the capitalist mode of production. Specifically, Santa Catarina presents significant regional inequalities, with more and less developed regions, the Northern Plateau being one of the less developed territories of the State. The objective of this article is to identify if, in a context of intensification of neoextrativism in Brazil, this process modified the land structure in the Northern Plateau of Santa Catarina. In order to do so, some socioeconomic and agrarian characteristics of the region were considered, especially the Gini Index on land concentration and the Municipal Human Development Index. The results indicate that neoextrativism did not alter the land structure in the region, which contributes to the low development of the Northern Plateau of Santa Catarina.

KEYWORDS: Development, land structure,

1 | INTRODUÇÃO

Santa Catarina é uma das unidades da Federação brasileira que apresenta indicadores socioeconômicos satisfatórios, o colocando como um dos Estados mais desenvolvidos do país. Entretanto, apresenta desigualdades expressivas, com regiões mais e menos desenvolvidas. Neste cenário, o planalto norte catarinense, por não apresentar resultados análogos à dinâmica estadual, é um de seus territórios menos desenvolvidos. Dentre suas características, sobressai a forte presença de atividades do setor primário na região, com destaque para o extrativismo. O objetivo deste artigo é identificar se, num contexto de intensificação do neoextrativismo no Brasil, este processo modificou a estrutura fundiária no planalto norte catarinense. Ademais, observar se esta estrutura fundiária contribui para o baixo desenvolvimento da região.

A hipótese inicial do trabalho considera que esta etapa recente do extrativismo não altera substancialmente a estrutura fundiária. A expansão das atividades extrativistas tem se intensificado na América Latina nos últimos anos e, no Brasil, não é diferente. Assim, observa-se que o avanço do extrativismo tem ocasionado, até pelas suas próprias características, um aumento das desigualdades socioeconômicas regionais. A segunda premissa deste trabalho entende que a concentração fundiária contribui para o baixo desenvolvimento das regiões, especialmente naquelas em que o setor primário possui significativa importância. No caso do planalto norte catarinense, se considera que a estrutura fundiária ali existente contribui para o baixo desenvolvimento do território.

Este trabalho é composto por cinco seções, além da presente introdução. Para cumprir com os objetivos propostos, a próxima seção trata de uma revisão bibliográfica e documental a respeito dos temas aqui explorados. A seguir se faz uma breve revisão teórica sobre o extrativismo e neoextrativismo, com destaque para a contribuição de Gudynas. Após, é objeto de estudo os aportes acerca do desenvolvimento desigual e desenvolvimento geográfico desigual, em especial as contribuições de David Harvey. Em seguida, se apresentam algumas características do território em questão. Posteriormente, se evidenciam alguns indicadores, analisando estes dados frente ao desenvolvimento do planalto norte catarinense. Por fim, tem-se as considerações finais.

2 | EXTRATIVISMO E NEOEXTRATIVISMO

O extrativismo consiste no conjunto de atividades produtivas baseadas na extração de recursos naturais, sejam eles minerais, vegetais ou animais. Para Gudynas,

“El extractivismo se caracteriza por la explotación de grandes volúmenes de recursos naturales, que se exportan como *commodities* y dependen de economías

de enclave (que pueden estar localizadas, como los campos petroleros o la minas, o bien ser espacialmente extendidas, como el monocultivo de soja).” (GUDYNAS, 2012, p. 131).

Historicamente, o extrativismo possui grande importância para a economia brasileira. Desde o início de seu processo de ocupação, com a exploração do pau-brasil até os dias atuais, as atividades extrativistas detêm grande importância para o PIB brasileiro. Aliás, este processo não é restrito ao Brasil, pois conforme ACOSTA, ao discorrer sobre a importância da natureza:

“Esta é o ponto de partida para entender a conquista e colonização da América, que cristalizou uma exploração impiedosa dos recursos naturais, com o consequente genocídio das populações indígenas e a posterior incorporação de escravos provenientes da África no mercado global nascente. Desde então se forjou um esquema extrativista de exportação da natureza a partir das colônias em função das exigências de acumulação de capital das metrópoles.” (ACOSTA, 2012, p. 203).

Portanto, a importância do extrativismo para os países latino-americanos é expressiva. Desse modo, é possível considerar que as atividades extrativas fazem parte da formação histórico-social dos países latino-americanos. Certamente que, dada a vasta extensão territorial e a abundância de terras férteis, estas atividades estariam presentes no espaço brasileiro.

Nos últimos anos houve algumas transformações referente ao extrativismo como um todo, daí o surgimento de um novo termo: neoextrativismo. De acordo com Milanez e Santos (2013), Gudynas entende “[...] o neoextrativismo como um modelo de desenvolvimento focado no crescimento econômico e baseado na apropriação de recursos naturais, em redes produtivas pouco diversificadas e na inserção internacional subordinada.” (MILANEZ e SANTOS, 2013, p. 121). Este novo extrativismo, para Gudynas, tem como um de seus diferenciais a presença do Estado neste processo. Segundo ele,

“[...] o Estado desempenha papéis mais ativos e que, em vários casos, alimentam programas de luta contra a pobreza, mas que por outro lado continuam adotando modelos de grande impacto social e ambiental que, novamente, acabam remetendo à dependência dos circuitos econômicos globais.” (GUDYNAS, 2012, p. 303).

Esta situação consolidou a importância dos setores extrativistas em alguns países da América do Sul, inclusive com a elevação do extrativismo exportador (GUDYNAS, 2012, p. 304-305). Contudo, o autor ressalta que há diferenças entre o extrativismo anterior e o neoextrativismo. De qualquer forma, esta nova fase do extrativismo não só encontra condições favoráveis à sua expansão, como também, “[...] o extrativismo é apresentado pelas forças dominantes como um destino, como a única possibilidade de desenvolvimento.” (MISOCZKY e BÖHM, 2013, p. 332).

Quanto ao caso brasileiro, o país não é identificado como extrativista em virtude de seu dinamismo econômico. Para Milanez e Santos, por exemplo, o Brasil “[...] possui uma estrutura produtiva mais complexa e um perfil comercial distinto do restante da América Latina [...]” (MILANEZ e SANTOS, 2013, p. 133). O extrativismo se constituiu

numa prática habitual em países subdesenvolvidos, principalmente àqueles que possuem expressivas riquezas naturais. Recentemente, novas formas extrativistas deram origem ao neoextrativismo. Ainda que as relações da economia extrativa com o Estado tenham se alterado ao longo dos anos, não se pode negar que os efeitos do extrativismo resistem, ou até se aprofundaram, sobre o território sul-americano e brasileiro.

3 | DESENVOLVIMENTO DESIGUAL, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E ESTRUTURA FUNDIÁRIA

A desigualdade socioeconômica e regional existente em todo o mundo pode ser compreendida como fruto do modo de produção capitalista. Para Smith (1998), o desenvolvimento desigual é inerente ao capitalismo, pois o avanço do último provoca eleva o desenvolvimento desigual no espaço. Harvey, ao discutir a teoria do desenvolvimento geográfico desigual, propõe a análise dos diferentes espaços geográficos diante das desigualdades socioeconômicas produzidas pelo capitalismo (HARVEY, 2006). A desigualdade entre as regiões pode ser justificada por inúmeras razões conforme a abordagem adotada. Para Harvey “O capitalismo não pode sobreviver sem seus “ajustes espaciais” [...]” (HARVEY, 2004, p. 80), ou seja, as desigualdades geográficas existentes são condições à expansão do capital. Ainda, conforme Harvey “[...] o capitalismo produz uma paisagem geográfica [...] apropriada à sua própria dinâmica de acumulação num momento particular de sua história” (HARVEY, 2004, p. 87).

Desta forma, fica patente que o desenvolvimento desigual é inerente ao modo de produção capitalista. A teoria do desenvolvimento geográfico desigual, proposta por Harvey, propõe a análise dos diferentes espaços geográficos diante das desigualdades socioeconômicas produzidas pelo capitalismo (HARVEY, 2006). Assim, parte-se da ideia de que o capitalismo permite e acentua as desigualdades regionais já existentes ou que se formam ao longo do tempo. Esta interpretação pode ser aplicada quando se investiga o desenvolvimento desigual brasileiro em geral, e catarinense, em particular.

Com relação ao desenvolvimento regional, sua perspectiva interdisciplinar tem proporcionado a consolidação desta área de conhecimento. Apesar da ideia inicial de que o desenvolvimento regional remete ao progresso econômico, os últimos estudos o tratam de forma multidimensional. De acordo com Mattedi (2014), por exemplo, o desenvolvimento das regiões não se limita a questão econômica, mas também a aspectos ambientais, sociais, políticos, culturais, entre outros. Atualmente é possível entender o desenvolvimento regional como resultado de uma certa transformação, ocorrida em dado período de tempo. Esta transformação impactaria positiva ou negativamente as demais dimensões.

Dentre os diversos elementos que podem se relacionar com o desenvolvimento

regional, destaca-se a estrutura fundiária. Neste sentido, compreender as relações entre o rural e o regional é essencial para explicar o desenvolvimento regional. Segundo Ramos “[...] são as alterações na posse/uso da terra, ou seja, na estrutura fundiária, que permitem associar desenvolvimento socioeconômico com desenvolvimento agrário-agrícola. A junção destes dois “conjuntos” é que justifica distinguir um “desenvolvimento rural”” (RAMOS, 2001). Obviamente, o peso da estrutura fundiária sobre o desenvolvimento é mais substancial nas regiões em que a agropecuária ocupa papel de destaque.

A compreensão do problema da desigualdade no Brasil perpassa a questão da concentração da propriedade da terra. Pode-se dizer que a questão fundiária é elementar quando se refere às desigualdades existentes no país. Esta situação é fruto do processo de ocupação do território brasileiro e dos modos de produção existentes desde os primeiros séculos. Segundo Stedile, com a Lei nº 601, de 1850, conhecida como Lei das Terras, é garantida a propriedade privada das terras no Brasil. Para Stedile, a lei “[...] regulamentou e consolidou o modelo de grande propriedade rural, que é a base legal, até os dias atuais, para a estrutura injusta da propriedade de terras no Brasil” (STEDILE, 2005, p. 25).

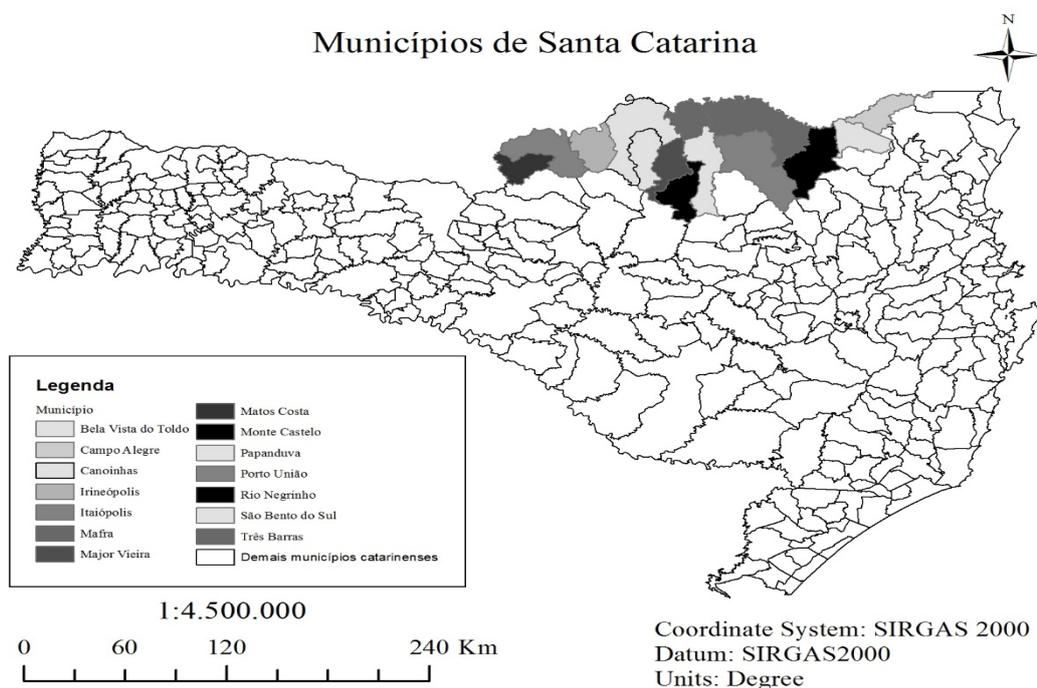
A estrutura fundiária brasileira é desequilibrada e desigual. O Índice de Gini referente à propriedade da terra tem apresentado resultados piores com o passar do tempo: em 1985 o Índice de Gini era de 0,857, passando para 0,856 em 1995 e 0,872 em 2006 (IBGE, 2006). Outro dado crítico diz respeito ao tamanho das propriedades rurais. Os estabelecimentos de área igual ou superior a cem hectares totalizam apenas 9,6% do total, contudo, somam 78,6% das atividades destinadas ao setor agropecuário (HOFFMANN, NEY, 2010). Em contrapartida, mais de 50% dos estabelecimentos detém apenas 2,4% da área total. Assim, a concentração de terras no Brasil é inquestionável, bem como também é na região Sul, embora esta seja inferior ao percentual nacional.

4 | O PLANALTO NORTE CATARINENSE

Quanto ao planalto norte catarinense, sua composição varia de acordo com a regionalização. Independente do recorte utilizado, verifica-se que a região conta com vários municípios que apresentam IDHM's mais baixos que a média estadual. O Território da Cidadania Planalto Norte Catarinense foi criado quando de sua inserção no Programa Territórios da Cidadania (PTC), este oriundo dos Territórios Rurais brasileiros.

Distante de Florianópolis e dos principais centros industriais catarinenses (a figura 1 exibe os municípios que constituem o presente território), a economia da região gira em torno das atividades relacionadas ao extrativismo e a agropecuária (PORTAL DE ECONOMIA DE SANTA CATARINA, 2016). Desse modo, discutir a questão agrária é essencial para analisar o planalto norte catarinense. E a importância das atividades

extrativas está caracterizada de acordo com os números mais recentes da economia catarinense. Aliás, as atividades extrativas não possuem importância apenas nos últimos anos, pelo contrário, a exploração dos recursos naturais é histórica no processo formação econômica e social da região.



Fonte: elaboração própria

Figura 1 – Municípios do Planalto Norte Catarinense

A região passou a ser ocupada de forma mais intensiva com o trajeto do Caminho das Tropas e com a significativa migração de europeus para a região, ao longo dos séculos XIX e XX (TOMPOROSKI E MARCHESAN, 2016). A abundância das araucárias, além da própria mata nativa, acabaria sendo um importante elemento que resultaria no extrativismo na região. Conforme consta no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Planalto Norte Catarinense de 2006, as primeiras atividades econômicas estavam vinculadas ao extrativismo da erva-mate e da madeira (HANISCH ET AL, 2006, p. 4-5).

Para Milani (2013), o extrativismo contribuiria para a industrialização da região, pois a relação entre a atividade madeireira e a indústria moveleira é facilmente perceptível. Tomporoski e Marchesan consideram que o processo extrativista continuaria. Para eles, a partir dos anos 1960 ocorreu a inserção de novas espécies de vegetação, especialmente o pinus, o qual

“[...] resultou na continuidade do processo de extrativismo de produção. Apesar de atenuar a exploração de matas nativas, remanescentes da floresta das araucárias, a utilização desta espécie exótica ocasionou outras perturbações ao processo de desenvolvimento sustentável do território.” (TOMPOROSKI E MARCHESAN, 2016, p. 62).

Em outro texto, Tomporoski reitera esta percepção, ao afirmar que a região enfrenta

“[...] a continuidade de um modelo econômico baseado no extrativismo, do qual advém problemas de ordem, social, econômica e ambiental, impondo severas restrições àquele território.” (TOMPOROSKI, 2016, p. 85). Portanto, o extrativismo esteve ligado a região desde os primeiros momentos da utilização econômica deste território. E as novas práticas extrativistas (neoextrativismo), continuam sendo amplamente adotadas na região. Aliás, convém analisar alguns indicadores socioeconômicos que permitem visualizar um panorama atual do planalto norte catarinense.

5 | DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Com relação a população, Santa Catarina apresentava uma população total de 5.356.360 em 2000, passando para 6.248.436 em 2010 (Atlas Brasil, 2000; 2010). Já o planalto norte catarinense passou de 335.154 para 357.039 habitantes no mesmo período. Assim, a população do território possui 5,71% da população catarinense. Ao considerar a população urbana e rural, há uma clara distinção: enquanto o planalto norte possui 5,19% da população urbana em relação a população urbana estadual, este percentual vai a 8,44% quando se trata da população rural. Aliás, o grau de urbanização catarinense é de 83,99%, mas no planalto norte este índice é de 76,35, reforçando o perfil rural da região.

A análise do PIB *per capita* indica a pujança econômica do município ou região analisada. Evidentemente que este indicador permite distorções relevantes, visto que se baseia na produção total do município dividido pela sua população, porém, é um dado ainda bastante utilizado em análises socioeconômicas. O quadro 1, a seguir, não só ressalta o PIB *per capita* dos municípios da região, como também apresenta o PIB nominal (referente ao ano de 2013) e a contribuição de cada setor econômico (cálculo aproximado de acordo com o Valor Bruto da Produção) para o PIB municipal. Ao se comparar o PIB *per capita* dos municípios da região com o resultado estadual, se observa que apenas três municípios da região estão acima da média catarinense.

Unidade da Federação e Município	PIB (em mil reais)	% PIB agropecuário	% PIB industrial	% PIB serviços	PIB per capita (em reais)
Santa Catarina	214.217.274	6,7	30,9	62,4	R\$ 32.290
Bela Vista do Toldo	154.359,99	59,8	5,9	34,3	R\$ 24.933
Campo Alegre	277.845,97	17,2	37,3	45,5	R\$ 23.208
Canoinhas	1.340.973,47	18,1	22,2	59,7	R\$ 24.847
Irineópolis	277.163,79	48,1	6,7	45,2	R\$ 25.562
Itaiópolis	545.055,01	38,4	19,4	42,2	R\$ 25.936
Mafra	1.239.765,40	14,5	23	62,5	R\$ 22.661
Major Vieira	163.926,17	19,4	7,5	73,1	R\$ 21.065
Matos Costa	32.307,08	25,4	7,8	66,8	R\$ 11.676
Monte Castelo	158.996,04	41,6	8,9	49,5	R\$ 18.754

Papanduva	834.039,99	16,5	17,2	66,3	R\$ 44.918
Porto União	500.991,04	16,4	21,5	62,1	R\$ 14.500
Rio Negrinho	878.345,97	5,8	35,1	59,1	R\$ 21.336
São Bento do Sul	2.696.943,43	2	50,5	47,5	R\$ 34.139
Três Barras	694.216,56	11,9	56,4	31,7	R\$ 37.045

Quadro 1: PIB estadual/municípios do planalto norte catarinense, contribuição por setor econômico e PIB per capita (2013)

Fonte: elaboração própria, considerando dados disponíveis pelas Secretarias Estaduais da Fazenda e de Planejamento de Santa Catarina.

Com relação ao PIB dos municípios da região, os dados apresentados no quadro 1, apontam a importância dos setores agropecuário, industrial e de serviços para cada município. A agropecuária é responsável por mais de 50% do total produzido em Bela Vista do Toldo. Além disso, é o setor que mais contribui com o PIB de Irineópolis, respondendo ainda por mais de 1/3 da produção em Itaiópolis e Monte Castelo. O setor industrial detém participação superior a 50% do PIB em São Bento do Sul e Três Barras, sendo responsável por mais de 1/3 da riqueza produzida em Campo Alegre e Rio Negrinho. Os demais municípios têm a maior parte do PIB oriunda do setor de serviços. Convém ressaltar que, mesmo nos municípios de Bela Vista do Toldo, Irineópolis e São Bento do Sul, o setor de serviços contribui com mais de 1/3 do PIB.

Quanto ao IDHM desses municípios, o quadro 2 indica o baixo desenvolvimento da região. Todos os municípios analisados seguiram a tendência apontada por Brasil e Santa Catarina, de elevação de seus indicadores. Porém, chama atenção que apenas dois municípios da região estão entre os 10% dos municípios mais desenvolvidos do Estado: Porto União (21º) e São Bento do Sul (25º). Além destes, apenas outros dois municípios da região estão entre os cem mais desenvolvidos: Mafra (36º) e Canoinhas (79º). Por outro lado, oito dos quatorze municípios se encontram para além da ducentésima posição, sendo que Major Vieira (253º), Bela Vista do Toldo (264º), Monte Castelo (264º) e Matos Costa (281º) estão entre os municípios 20% menos desenvolvidos de Santa Catarina. Ademais, apenas Mafra, São Bento do Sul e Porto União apresentam IDHM maior que o estadual.

Brasil, Unidade da Federação e Município	IDH-M 2000	IDH-M 2010	Ranking IDH 2010 Brasil/SC	Índice Gini 2000	Índice Gini 2010	Índice de Gini _{PF} 1996	Índice de Gini _{PF} 2006
Brasil	0,612	0,727	-	0,64	0,60	0,856	0,872
Santa Catarina	0,674	0,774	3º	0,56	0,49	0,671	0,682
Bela V. do Toldo	0,491	0,675	264º	0,47	0,46	0,708	0,647
Campo Alegre	0,582	0,714	198º	0,49	0,41	0,719	0,641

Canoinhas	0,640	0,757	79°	0,60	0,49	0,741	0,745
Irineópolis	0,533	0,699	233°	0,55	0,54	0,625	0,662
Itaiópolis	0,562	0,708	207°	0,48	0,49	0,618	0,660
Mafra	0,652	0,777	36°	0,49	0,49	0,755	0,760
Major Vieira	0,582	0,690	253°	0,66	0,46	0,764	0,840
Matos Costa	0,512	0,657	281°	0,60	0,45	0,728	0,724
Monte Castelo	0,571	0,675	264°	0,56	0,44	0,787	0,806
Papanduva	0,564	0,704	222°	0,51	0,47	0,666	0,704
Porto União	0,666	0,786	21°	0,56	0,53	0,574	0,574
Rio Negrinho	0,616	0,738	132°	0,48	0,44	0,803	0,786
São B. do Sul	0,679	0,782	25°	0,49	0,49	0,624	0,590
Três Barras	0,598	0,706	215°	0,60	0,47	0,812	0,845

Quadro 2: Índice de Gini e IDHM dos municípios do Território Planalto Norte Catarinense (2000-2010)

Fonte: elaboração própria, conforme dados obtidos no sítio Atlas Brasil e IBGE.

Em relação ao Índice de Gini referente à renda, o quadro 2 retrata que todos os municípios da região apresentam resultados melhores se comparado ao indicador nacional. Contudo, quando a comparação se refere a Santa Catarina (ano 2010), Irineópolis e Porto União apresentam indicadores inferiores à média estadual. Canoinhas, Itaiópolis e São Bento do Sul têm resultado similar ao Índice de Gini catarinense e nove municípios dispõem de números melhores, com destaque para o município de Campo Alegre.

Conforme exposto anteriormente, outro indicador que permite uma maior percepção sobre a concentração fundiária na região é o Índice de Gini referente à propriedade fundiária. O quadro 2 também registra o Índice de Gini aplicado à estrutura fundiária dos municípios da região (Índice de Gini_{PF} – Índice de Gini da propriedade fundiária). Os dados foram obtidos junto ao IBGE (2016) e permitem comparar os municípios da região, bem como os números com o Estado catarinense. Convém ressaltar que o Índice de Gini referente à renda nos municípios do planalto norte apresentou resultados semelhantes ao resultado estadual. Entretanto, ao se observar este indicador aplicado à estrutura fundiária, os números apontam um cenário diferente.

Entre os quatorze municípios, apenas um não apresentou alteração no período 1996-2006 (Porto União); cinco municípios obtiveram melhora no período comparado (Bela Vista do Toldo, Campo Alegre, Matos Costa, Rio Negrinho e São Bento do Sul). Porém, a maioria absoluta, nove municípios, teve um retrocesso quanto à concentração de terras. Ademais, apenas seis municípios apresentam um Índice de Gini_{PF} melhor que a média estadual, isto é, os demais possuem números superiores a (0,682). Não obstante, dos municípios que tiveram melhora nos resultados, Matos Costa e Rio Negrinho permanecem com concentração superior à média catarinense.

Apesar de nenhum município do território apresentar resultado superior ao Índice

de $Gini_{PF}$ nacional, fica explícito que há concentração fundiária na região. Convém destacar ainda, conforme o último Censo Agropecuário (2006) exibidos no quadro 3, o número de estabelecimentos agropecuários de acordo com o tamanho, em hectares (ha).

UF e Município	Nº. estab.	Até 1 ha	1 a 10 ha	10 a 20 ha	20 a 50 ha	50 a 1000 há	Mais de 1000 ha
Santa Catarina	193.668	5.275	64.119	56.412	45.310	17.975	455
Bela V. do Toldo	982	4	427	217	173	63	2
Campo Alegre	746	10	280	197	154	85	1
Canoinhas	2.044	35	882	434	385	262	5
Irineópolis	1.429	75	459	291	314	161	3
Itaiópolis	2.578	22	868	676	677	275	7
Mafra	1.639	15	557	374	410	250	7
Major Vieira	830	15	437	159	123	71	5
Matos Costa	244	3	24	97	65	43	3
Monte Castelo	763	70	281	134	120	114	6
Papanduva	1.335	38	559	316	265	117	3
Porto União	1.014	9	204	192	389	208	3
Rio Negrinho	787	6	192	203	203	153	14
São Bento do Sul	225	9	70	63	59	15	-
Três Barras	406	22	162	74	70	65	8
Total Planalto Norte	15.022	333	5.402	3.427	3.407	1.882	67

Quadro 3: Número de estabelecimentos agropecuários – estrutura fundiária do planalto norte catarinense* (2006)

*Existem produtores sem área, os quais não foram incluídos na tabela.

Fonte: elaboração própria, conforme dados disponibilizados pela EPAGRI/IBGE

De acordo com o quadro 3, os municípios do território possuem apenas 7,76% dos estabelecimentos agropecuários do Estado. A maioria destas propriedades possui área entre um e dez hectares (5.402 estabelecimentos), representando 35,96% do total dos estabelecimentos agropecuários no Estado. Ao observar o número de propriedades até vinte hectares, a região apresenta 9.162 estabelecimentos (equivalente a 61% do total). Com relação aos municípios que detêm o maior número de estabelecimentos, destacam-se Itaiópolis e Canoinhas (acima de duas mil unidades). Por sua vez, São Bento do Sul e Matos Costa são aqueles que detêm o menor número de estabelecimentos. Apenas Bela Vista do Toldo, Campo Alegre, Matos Costa, Porto União e São Bento do Sul não possuem estabelecimentos acima de 2.500 hectares (são dezessete propriedades com estas características na região).

A análise dos resultados reafirma a existência das desigualdades em Santa Catarina. Ainda que os números exibidos indiquem uma situação melhor que o cenário nacional, o Território Planalto Norte Catarinense é uma das regiões menos

desenvolvidas do Estado.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As desigualdades regionais são características do modo de produção capitalista. Assim como no Brasil, as regiões de Santa Catarina apresentam grandes discrepâncias entre si. Evidentemente, algumas regiões são menos desenvolvidas, sendo este o caso dos municípios do planalto norte catarinense, os quais formam um território que foi incluído no PTC. Assim, este estudo buscou analisar as especificidades desses municípios, considerando as relações entre a estrutura fundiária existente e o desenvolvimento regional.

O território objeto deste estudo foi o planalto norte catarinense, o qual se constitui numa região periférica do Estado. Sua economia é voltada para as atividades extrativas e agropecuárias, ainda que exista uma indústria local. Contudo, é justamente o potencial florestal da região que contribui para a indústria existente na região. No que tange os resultados apurados, observou-se que a respeito do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* dos municípios da região, apenas três possuem resultado superior à média estadual (IBGE, 2016). Quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), somente três municípios apresentam indicador superior ao IDHM médio catarinense (Atlas Brasil, 2016). Com relação ao Índice de Gini referente a renda, os municípios apresentam resultados satisfatórios (Atlas Brasil, 2016). Entretanto, quando se analisa o Índice de Gini referente a estrutura fundiária, a maioria dos municípios exibe concentração fundiária acima do índice estadual (IBGE, 2006).

O neoextrativismo tem encontrado condições favoráveis para sua expansão nos últimos anos. Os resultados obtidos corroboram com a premissa inicial de que esta nova etapa do extrativismo não alterou significativamente a estrutura fundiária brasileira, em especial, a do planalto norte catarinense. Não obstante, a substancial concentração fundiária existente no território favorece a permanência das desigualdades socioeconômicas regionais, contribuindo para o desenvolvimento desigual em Santa Catarina. Evidentemente, estudos complementares a este necessitam ser desenvolvidos. Contudo, é inegável que o neoextrativismo favorece a concentração fundiária, contribuindo para o baixo desenvolvimento do território Planalto Norte de Santa Catarina.

Por fim, é evidente que novos estudos e pesquisas sobre a estrutura fundiária brasileira poderão contribuir, sobremaneira, para questionar as políticas públicas destinadas ao setor agropecuário, bem como contribuir com ações futuras. Inconteste é a interpretação de que a distribuição e o acesso às terras no Brasil contribuíram para gerar uma desigualdade que permanece até estes dias. Assim, a concentração de terras ocasiona discrepâncias regionais expressivas as quais, conforme pode ser observado na obra de Harvey, são salutares e essenciais ao modo de produção

capitalista. Desse modo, o baixo desenvolvimento do planalto norte catarinense é, também, consequência da dificuldade de acesso às terras. Apesar de a região dispor de um número significativo de imóveis rurais, os dados reforçam o grau de concentração fundiária. Portanto, discutir o desenvolvimento das regiões rurais passa pela transformação da estrutura fundiária vigente.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. O Buen Vivir, uma oportunidade de imaginar outro mundo. In: BARTELT, Dawid Danilo (Org.). **Um campeão visto de perto. Uma análise do modelo de desenvolvimento brasileiro**. Rio de Janeiro: Heinrich-Böll-Stiftung, 2012. (p. 198-216). Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/democracia_inside_a_champion_port_final.pdf Acesso em 29 de setembro de 2017.

Atlas Brasil. **Consulta**. 2016. Disponível em <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>>.

Atlas Brasil. **O IDHM**. 2016. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/idhm/>.

GUDYNAS, Eduardo. Estado compensador y nuevos extractivismos. Las ambivalencias del progresismo sudamericano. In: **Nueva Sociedad**, nº 237, p. 128-146, enero-enero 2012. Disponível em: <http://nuso.org/articulo/estado-compensador-y-nuevos-extractivismos-las-ambivalencias-del-progresismo-sudamericano/> Acesso em 07 de jun. de 2017.

GUDYNAS, Eduardo. O novo extrativismo progressista na América do Sul: teses sobre um velho problema sob novas expressões. In: **Enfrentando os limites do crescimento. Sustentabilidade, decrescimentos e prosperidade**. LÉNA, Philippe; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do (orgs.). p. 303-318. Rio de Janeiro: Garamond e IRD, 2012.

Hanisch, Ana Lucia; Gaertner, Francielle C.; Hirano, Elcio; Bonfleur, Roberto. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Planalto Norte Catarinense (versão preliminar)**. Canoinhas: 2006. Doc. em pdf.

Harvey, David. (2004). **Espaços de Esperança**. São Paulo: Edições Loyola.

Harvey, David (2006). **Spaces of global capitalism**. London: Verso, 2006.

Hoffmann, R.; NEY, M. G. (2010). **Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil, grandes regiões e unidades da federação**. Brasília: MDA. Doc. em pdf.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil_2006/comentarios.pdf>.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Banco de Dados Agregados**. 2016. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=5938&z=t&o=3&i=P>>.

Mattedi, Marcos A. Pensando com o Desenvolvimento Regional: subsídios para um programa forte em desenvolvimento regional. In: **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, 2 (2), p. 59-105. Blumenau, primavera 2014. Disponível em: <<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/rbdr/article/view/4807>>

Milanez, Bruno; Santos, Rodrigo S. P. dos. Neoextrativismo no Brasil? Uma análise da proposta do novo marco legal da mineração. In: **Revista Pós Ciências Sociais**, vol. 10, nº 19, pp. 119-148, jan./jun. 2013.

Milani, Maria Luiza. Identidade sociocultural do Planalto Norte Catarinense: uma realidade (in)visível. In: **Revista Científica Ciência em Curso**, vol. 2, nº 2, p. 125-131, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://linguagem.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/ciencia-em-curso/0202/020205.pdf> Acesso em 05 de setembro de 2017.

Misoczky, Maria C.; Böhm, Steffen. Resistindo ao desenvolvimento neocolonial: a luta do povo de Andagalá contra projetos megamineiros. In: **Cadernos EBAPE.BR**, vol. 11, nº 2, artigo 6, Rio de Janeiro, pp. 311-339, jun. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1679-39512013000200008&script=sci_abstract&lng=pt Acesso em 29 de setembro de 2017.

Portal de Economia de Santa Catarina. *Análise Regional*. 2016. Disponível em: <<http://novosite.fepese.org.br/portaldeeconomia-sc/index.php?c=dados>>.

Ramos, Pedro. Propriedade, estrutura fundiária e desenvolvimento (rural). In: **Estudos Avançados**, vol. 15, nº 43. São Paulo. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142001000300012&script=sci_arttext>.

Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina. 2016. Disponível em: <<http://www.sef.sc.gov.br/>>.

Secretaria de Estado de Planejamento de Santa Catarina. **Portal Estatístico: Produto Interno Bruto – Indústria**. 2016. Disponível em: <<https://sites.google.com/a/spg.sc.gov.br/porta/pib/industria>>

Smith, Neil. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço**. Trad. E. A. Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

Stedile, J. P. (org.). **A questão agrária no Brasil 2: O debate na esquerda: 1960-1980** (pp. 17-33). São Paulo: Expressão Popular, 2005.

Tomporoski, Alexandre A.; Marchesan, Jairo. Planalto Norte Catarinense: algumas considerações sobre aspectos históricos, características físico-naturais e extrativismo. In: **Desenvolvimento Regional em debate**, vol. 6, nº 2, ed. esp., p. 51-63, jul. 2016.

Tomporoski, Alexandre A. Do movimento sertanejo do Contestado (1912-1916) à contemporaneidade – o domínio fundiário no Território do Contestado. In: **FRONTEIRAS: Revista Catarinense de História**, vol. 2, p. 78-93, 2016.

SOBRE O ORGANIZADOR

GUSTAVO HENRIQUE CEPOLINI FERREIRA Graduado em Geografia (Bacharelado e Licenciatura) pela PUC-Campinas, Mestre e Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Atualmente é Professor do Departamento de Geociências e do Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo na Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), onde coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas Regionais e Agrários (NEPRA-UNIMONTES) e o Subprojeto de Geografia - “Cinema, comunicação e regionalização” no âmbito do PIBID/CAPES. Exerce também a função de Coordenador Didático do Curso de Bacharelado em Geografia - UNIMONTES. Tem experiência na área de Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia Agrária, Regularização Fundiária, Amazônia, Ensino de Geografia, Educação do Campo e Conflitos Socioambientais e Territoriais. Participação como avaliador no Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD de Geografia e no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), vinculado ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). É autor e organizador das seguintes obras: *No chão e na Educação: o MST e suas reformas* (2011), *Neoliberalismo, Agronegócio e a Luta Camponesa no Brasil* (2011), *Cenas & cenários geográficos e históricos no processo de ensino e aprendizagem* (2013), *Agroecologia, Alimentação e Saúde* (2014), *Gestão Ambiental* (2015), *Práticas de Ensino: Teoria e Prática em Ambientes Formais e Informais* (2016), *Geografia Agrária no Brasil: disputas, conflitos e alternativas territoriais* (2016), *Geografia Agrária em debate: das lutas históricas às práticas agroecológicas* (2017), *Atlas de Conflitos na Amazônia* (2017), *Serra da Canastra território em disputa: uma análise sobre a regularização fundiária do Parque e a expropriação camponesa* (2018), *Conflitos e Convergências da Geografia - Volumes 1 e 2* (2019) entre outras publicações. E-mail: gustavo.cepolini@unimontes.br

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-436-8



9 788572 474368